

## AS SOCIEDADES AMAZÔNICAS: FORMAÇÃO E PECULIARIDADES

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

*A Amazônia é um mundo, onde se localizam numerosas comunidades humanas, diferenciadas pelos gêneros de vida, em função do meio físico. Daí resultam várias unidades sociais, com atividades econômicas distintas. De modo geral, porém, a situação em toda a área amazônica é extremamente precária. Os núcleos urbanos têm reduzida expressão demográfica. As populações dispersam-se pelas margens dos rios, nos seringais, castanhais e fazendas de criar; sua densidade não vai além de 0,58 habitante por quilômetro quadrado.*

AS sociedades podem ser caracterizadas e distinguidas pelos gêneros de vida que adotam, como êstes podem ser uma consequência das condições do espaço físico a que se vincularam e onde atuam, procurando dominá-lo ou dêle recebendo as pressões mais fortes e imperativas.

Evidentemente não se restringe a êsses têrmos de atividade diária ou a êsses critérios a caracterização e a definição das sociedades. Há outras maneiras de verificação, de identificação, que envolvem outros aspectos pelos quais as sociedades podem ser medidas e entendidas. As sociedades podem, por exemplo, ser urbanas ou rurais, conforme vivam nas cidades ou nas áreas de agricultura e criação. No particular da Amazônia e da natureza dêste trabalho, no entanto, os

gêneros de vida é que nos podem melhor permitir a compreensão do que valem, do comportamento que apresentam e de como se constituíram e se mantêm em face daquela natureza agressiva ou ainda não dominada.

É isso porque, como veremos do desdobramento destas páginas, as sociedades amazônicas não lograram alcançar ainda níveis culturais, padrões de vida tais que as possamos situar, ou fixá-las com segurança, sem atentar ponderantemente para os seus quefazeres diários, no campo das atividades reprodutivas.

Será conveniente de logo, em conseqüência, registrar por que não falamos em sociedade amazônica, mas em sociedades amazônicas. É que, pela variedade dêsses gêneros de vida, não há apenas uma unidade social em atividade, mas várias unidades sociais. As coletividades amazônicas dedicam-se ao extrativismo, à agricultura, à criação, à pesca, à mineração. Compõem, portanto, coletividades distintas no tocante à sua ação sôbre a natureza, na movimentação econômica. Daí porque preferimos falar em sociedades amazônicas ao invés de sociedade amazônica. Por fim, há ainda a fixar que tais sociedades, que se firmaram e mantêm nas áreas interiores da região, não se devem confundir com as que se nuclearam nas sedes governamentais. Não nos referimos aqui a governos municipais, mas unicamente aos governos estaduais e territoriais.

Nos pequenos centros urbanos, onde sediam os governos municipais, as respectivas populações, essas sim, existem em função daqueles gêneros de vida. São populações na generalidade sazonais, que aumentam ou diminuem em função das épocas de atividade extrativista, mineradora e de pesca, quando abandonam os centros urbanos para dedicar-se àqueles serviços.

Como ocorreu no período colonial nas diversas áreas do Brasil, os centros urbanos não apresentam, com raras exceções, vida própria, que garanta a permanência e o crescimento de suas populações. Os chamados centros urbanos, na Amazônia, na generalidade, representam antes pontos de apoio onde funciona o poder público, representado nas autoridades civis e religiosas, que prôpriamente núcleos de con-

densação social permanente. Não há nêles a motivação para prender, para manter, para impor a aglomeração permanente, a estabilidade. A região bragantina constitui a exceção sensível, como Santarém e Parintins. É que ao longo daquela via férrea, como nestas cidades do Baixo Amazonas, já existe uma pequena atividade industrial e os sinais de sedimentação e de sedentarização já são, por isso, visíveis e ponderáveis.

Essas sociedades começaram a constituir-se a partir do século XVII, com a chegada dos descobridores e conquistadores portugueses e mestiços do Nordeste. Encontrando na região uma abundante matéria-prima para as ocupações econômicas e multidão indígena que forneceu braços e serviu igualmente ao prosseguimento do processo de mestiçagem que se observa por todo o litoral do Brasil, os primeiros ocupantes, que chegaram pelo Atlântico, tiveram, na casa forte do Presépio, raiz do núcleo urbano que é hoje a cidade de Belém, o seu ponto de apoio inicial para a expansão em direção norte, sul e oeste. Não se arreçaram do meio. Sentiram-se, é certo, deslumbrados com a floresta e as águas fartas. Essa impressão esmagadora em pouco, porém, perdia a sua fôrça para permitir que os novos senhores daquele mundo estranho se fôssem tomando da decisão de penetrá-lo para explorá-lo.

A sociedade que se foi estruturando nessa primeira fase caracterizou-se pela atividade ligada à colheita da especiaria, que chamaram de "droga do sertão". Essa especiaria era representada pelas espécies proporcionadas pela floresta e de procura nos mercados do Velho Mundo. A pesca estava, então, atribuída ao gentio, que a realizava com mestria, agilidade e alto rendimento. E só no século XVIII é que vamos encontrar a sociedade de mestiços regionais ou do bugre ocidentalizado a ela ligado, diferenciando-se daquela outra que permanecia adstrita ao negócio da "droga".

Ainda nesse século XVIII, aos incentivos do govêrno e ao encontro de condições propícias em certos trechos da hinterlândia, como as terras banhadas pelos cursos d'água das cercanias de Belém, sejam o Guamá, o Acará, o Tocantins, uma outra parcela social preferiu a operação agrária.

E plantou o cacau, a cana, o café, o algodão, o anil, da lavoura fazendo um gênero de vida permanente e mais distinto. Os senhores de engenho da Amazônia ostentavam o mesmo orgulho, a mesma prosápia, os mesmos ares de grandeza daqueles do Nordeste. Viviam com o mesmo bem-estar e o mesmo luxo.

Ainda no século XVIII, começou o criatório, no Marajó, no Baixo Amazonas e no Rio Branco, dando definição ou destaque a uma quarta parcela da sociedade. Esse grupo social no Marajó assumiu características de fidalguia. Seus integrantes eram chamados de "contemplados", pelo fato de terem sido apenas beneficiários dos rebanhos que o Estado confiscara nas propriedades pertencentes aos Religiosos, no tempo de Pombal.

Já então, portanto, não existia apenas aquela sociedade coletora, vivendo em função da "droga do sertão", mas quatro sociedades, explicáveis pelos gêneros de vida que levavam. Fundamentalmente mestiças e, com exceção daquela que realizava a coleta da "droga", ou fazia a pesca, latifundiárias. Exceção daquelas, escrevemos. Sim, porque a primeira não possuía o domínio da área onde colhia. Buscava-a aqui, ali, nos pontos mais distantes do interior, onde fôsse possível encontrá-la; a segunda dispersava-se, ou localizava-se, em pequenos aglomerados onde podia proceder à colheita do pescado, que salgava para consumo ou exportação, aproveitando as banhas na incipiente indústria de manteigas e velas.

É de notar que a sociedade coletora ou extrativista enriqueceu-se numéricamente no decorrer do século XIX, no ciclo da borracha. Como a que fêz a lavoura da cana, do café, do cacau, do algodão, que no século XX também se vigorizou nas lavouras de alimentação, algodão e uaicima, realizadas ao longo da ferrovia bragantina, e na lavoura da juta, no Baixo Amazonas.

Por fim, é de considerar-se o grupo social que realiza a mineração, localizada no Território do Rio Branco, na zona do Gurupi, no sul do Pará (fronteira com Goiás), e no Território do Amapá (fronteira com a Guiana Francesa e rio Calçoene), grupo flutuante, que se assemelha ao

extrativista pela mobilidade, pelo primitivismo de suas operações e de sua condição de vida.

Nas sedes governamentais, as respectivas populações exerciam a vida nos encargos do comércio, da indústria, na burocracia oficial, e são populações permanentes, que, em tal condição, asseguraram aos núcleos a perda do ar de acampamento, de burgo precário que possuíam antes de entrar na fase de estabilização dos dias de hoje.

Belém e Manaus são realmente cidades que se impuseram nessa situação cultural. Mesmo que ainda se queira negar-lhes raízes mais profundas, justificativas de sua consolidação como metrópole definitivas, inclusive pela área de floresta que se envolve e pode permitir a impressão imediatista de que não a venceram, estando à mercê de sua pujança, não é possível desacreditar na sua estratificação face aos seus índices de crescimento populacional e de seu desenvolvimento material.

As cidades de Rio Branco, Pôrto Velho, Boa Vista e Macapá, conquanto novas, já se vão, porém, definindo como pequenas metrópoles. Tal situação, está visto, decorre do título pomposo de capitais dos Territórios. Estão, no entanto, em franco crescimento, aglutinando populações que já não são mais apenas as ligadas às atividades oficiais, porque são também populações que se mostram animadas do propósito de criar um fundamento econômico estável de vida.

Do ponto de vista de seus gêneros de vida, de suas atitudes em face da natureza e possibilidade de utilizá-lo, as sociedades amazônicas assim se compuseram e compõem. Sim, compõem, visto que ainda não se diferenciaram de outro modo, nos dias atuais, permanecendo fiéis àqueles quadros em que se situaram.

Quantitativamente, essas sociedades têm crescido sem relêvo particular. O aumento demográfico normal, vegetativo, vem-se processando sem velocidade. Ao contrário, os altos e baixos têm sido sensíveis, de certo modo, impedindo aquela velocidade.

Os Algarismos que expressam ou traduzem o desenvolvimento populacional não são abundantes. Nos séculos XVII

e XVIII êles constam dos cronistas que escreveram sôbre a região.

No século XIX, houve censos realizados pelas duas Províncias, a do Pará e a do Amazonas, por iniciativa de cada uma delas. Como houve levantamentos procedidos dentro de uma exigência de caráter nacional, para todo o Império. Tendo-se por base as informações dos geógrafos e cronistas da época, êsses censos parciais e nacionais e aquelas indicações referentes ao período colonial, foi-nos possível organizar o quadro a seguir:

## AMAZONAS

<i>Ano</i>	<i>Habitantes</i>
1775 .....	11.749
1796 .....	14.232
1820 .....	15.072
1839 .....	18.843
1851 .....	29.789
1856 .....	41.819
1859 .....	43.938
1861 .....	56.091
1872 .....	57.610
1890 .....	147.915
1900 .....	249.756
1906 .....	290.000
1912 .....	378.476
1920 .....	363.166
1940 .....	438.008
1950 .....	514.099

## PARÁ

<i>Ano</i>	<i>Habitantes</i>
1820 .....	79.730
1832 .....	149.854
1848 .....	156.775
1862 .....	215.923
1872 .....	275.237
1890 .....	328.455
1900 .....	445.356
1906 .....	780.000
1920 .....	863.166
1940 .....	944.644
1950 .....	1.123.273

Verifica-se por êle, que cobre as duas maiores unidades políticas da região, e sem que os números referentes às populações dos quatro Territórios tenham maior significação para impor mudança de qualquer espécie, que a velocidade

de crescimento não foi sensível, como dissemos atrás. É de assinalar-se que entre 1743 e 1749 incidiu sôbre a Amazônia uma forte epidemia de varíola, que fêz vítimas num total de 40.000 vidas. No período agitado da Cabanagem, os claros abertos pelo furor dos combatentes elevou-se a cifra semelhante: mais de 30.000 vidas. Evidentemente, sangrias muito fortes, numa população de pouca monta, dispersa por um espaço físico quase imensurável.

A começar de 1870, todavia, as duas Províncias principiaram a receber, em maior volume, uma nova contribuição — os imigrantes nordestinos. No período entre 1850-1870 verificara-se uma participação interessante de maranhenses, que se foram localizar no Alto Amazonas (Solimões e Baixo Purus). Os nordestinos somaram cêrca de cinqüenta mil. Dispersaram-se pelo Pará e Amazonas, rios Xingu, Tapajós, Madeira, Purus-Acre e Juruá. Aí as maiores entradas que se realizaram. Porque na verdade não houve trecho da Amazônia que não fôsse por êles alcançado. Deve-se-lhes a conquista pacífica do Acre e do alto Juruá, que desbravaram, incorporando-os ao espaço político e econômico da pátria.

Na República, os contingentes nordestinos prosseguiram na sua vinda para a Amazônia. E' dessa fase o episódio da conquista do Acre. Não há estatística de quantos foram. Os censos realizados em 1900, 1920, 1940 e 1950 revelam-lhes a presença numéricamente expressiva. É certo que depois de 1914, quando começou a debacle da borracha, o ritmo da imigração que realizaram perdeu sentido. E só no decorrer da chamada "batalha da borracha" registrou-se nova participação mais intensa. Então, chegaram à região pouco mais de 20.000 nordestinos.

Quanto aos contingentes estrangeiros, não tiveram relevo no desenvolvimento populacional da Amazônia. No período colonial, a política portuguesa era cautelosa nesse particular: o estrangeiro podia ser portador do virus das novidades políticas e religiosas que perturbassem o processo normal do caminhar da colônia. Não tinham entrada. Não se contaram como expressão.

No Brasil independente, tal situação alterou-se, aberto o país aos elementos de fora. Se no Sul as entradas de italianos, alemães, suíços, etc. se fizeram sentir progressivamente, na Amazônia não sucedeu o mesmo. As colônias que foram fundadas no Pará, em particular ao longo da estrada que buscava a cidade de Bragança, não recebeu contingentes estrangeiros quantitativamente expressivos. Sua história foi feita por PALMA MUNIZ, num ensaio a que denominou de *Colonização e Imigração do Estado do Pará*. Eram franceses, portugueses, espanhóis, italianos. Somaram apenas 239 indivíduos.

Mauá, quando recebeu o encargo da navegação a vapor no Amazonas, obrigou-se a estabelecer colônias com imigrantes estrangeiros. Foram fundadas duas, em 1853: a de Itacoatiara e a de Mauá. Não prosperaram e já em 1856 a segunda estava extinta. Receberam imigrantes estrangeiros.

Em 1868, localizou-se, nas cercanias de Santarém, uma colônia de norte-americanos, imigrados do sul de sua pátria por inconformados com a vitória do norte na guerra de secessão. Eram em número de 267. A colônia prosperou pouco. Não foi possível a adaptação daqueles pioneiros. Nem todos quantos tinham vindo para a Amazônia se mostravam em condições de enfrentar o meio. Muitos teriam cedido ao espírito de aventura. A êles se juntara, com êxito, um pequeno grupo britânico.

Pelos censos realizados verifica-se que a participação do elemento estrangeiro na Amazônia, para a formação de suas sociedades, foi inexpressiva. Seja quantitativa, seja culturalmente. Abre-se uma exceção para os núcleos japoneses, que lançaram os fundamentos da lavoura da juta e da pimenta do reino, dêsse modo interferindo no enriquecimento das atividades econômicas e fortalecendo a sociedade de agricultores, seja quantitativamente, seja pela adoção de técnica e espécies novas na empresa. Êsses núcleos são recentes e estão em franco desenvolvimento.

As relações entre os vários grupos populacionais da Amazônia não se realizaram por entre conflitos violentos. Nem mesmo o elemento que veio de fora das áreas brasileiras, o chamado estrangeiro, pela própria exigüidade quan-

titativa, criou qualquer diferença com os mestiços locais. Houve um processo de acomodação visível. Com os próprios contingentes nipônicos, mais numerosos e de agora, ocorreu o mesmo. Não há notícia de qualquer perturbação nesse estado de espírito e de relações.

Falamos em mestiços. Estamos certos. As sociedades amazônicas são fundamentalmente mestiças. Desde as origens elas se vêm mestiçando. O *melting-pot* inicial processou-se, a princípio, entre o ádvena lusitano e a mulher indígena, intensamente, incentivado pelo poder público, interessado em criar uma humanidade que pudesse enfrentar o meio geográfico com sucesso. Quando da entrada dos nordestinos, essa contribuição representou outra parcela de mestiços, pois que mestiços eram aqueles próprios brasileiros. Os elementos indígenas puros, que se distribuíam ao longo dos rios, êsses, ou desapareceram na luta que tiveram de travar contra o ádvena, ou acabaram por ligar-se aos elementos mestiçados, que chegavam, com êles acamarados ou a êles prestando serviço.

Os censos falam com eloquência a respeito. Por êles, tem-se o quadro das populações amazônicas quanto à côr, pondo em relêvo quantitativo o mestiço. Vejamo-los, acompanhando as informações e análises do Conselho Nacional de Estatística (quadro na página seguinte).

O que se chama de pardo deve ser entendido como mestiço, que tanto pode ser a resultante do cruzamento do branco com o indígena, como do branco com o negro.

Cabe referir aqui que o contingente negro, na Amazônia, jamais teve significação. Foi, ao contrário, sempre insignificante. Mesmo no período colonial. Além da falta de recursos em dinheiro para adquiri-los, sobrava o braço indígena. O ébano africano foi utilizado como mão-de-obra nas lavouras de café, cana, cacau e algodão. Geralmente nas cercanias de Belém, onde se fizeram aquelas culturas com maior intensidade. Sob o Império, essa contribuição não cresceu. Ainda o braço era o do gentio ou do mestiço que se obteve daquela fusão de branco e índio.

Os mestiços cuja existência os censos de 1940 e 1950 comprovaram são, em maioria muito ponderável, os mestiços

## REGIÃO NORTE

### Composição da população segundo a cor em 1940 e em 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Ano do censo	Brancos	Pardos	Pretos	Amarelos	De cor não declarada	TOTAL
Dados absolutos							
Acre .....	1940	43 308	24 774	11 296	129	261	79 768
	1950	34 438	74 161	5 980	10	166	114 755
Amazonas .....	1940	136 911	267 549	31 408	986	1 154	438 008
	1950	207 435	338 431	21 285	559	1 440	569 150
Pará .....	1940	420 887	430 653	89 942	909	2 253	944 644
	1950	335 456	758 760	62 796	877	2 861	1 160 750
Região Norte .....	1940	601 106	722 976	132 646	2 024	3 668	1 462 420
	1950	577 329	1 171 352	90 061	1 446	4 467	1 844 655
Proporções por 100 000 habitantes							
Acre .....	1940	54 292	31 058	14 161	162	327	100 000
	1950	30 010	64 625	5 211	9	145	100 000
Amazonas .....	1940	31 258	61 083	7 171	225	263	100 000
	1950	36 446	59 463	3 740	98	253	100 000
Pará .....	1940	44 555	45 589	9 531	96	239	100 000
	1950	28 900	65 368	5 410	76	246	100 000
Região Norte .....	1940	41 104	49 437	9 070	138	251	100 000
	1950	31 298	65 500	4 882	78	242	100 000

que resultaram de branco e índio. O de branco e negro, na generalidade, não é de raiz amazônica, isto é, não foi fundido na região. É nordestino ou de outra área nacional.

Pelos dados aqui redivulgados, verifica-se que o número de mestiços é maior no Acre. Explica-se: o Acre foi uma realização de nordestinos. E se eles hoje não constituem ali, como nas outras partes políticas da Amazônia, o contingente de maior volume, nem por isso acreanos, paraenses, amazonenses, rio-branquenses, rondonenses e amapaenses deixaram de compor mera descendência direta deles.

Convém assinalar, por fim, que os algarismos referentes aos brancos devem ser lidos e trabalhados com certa cautela. É que muitos mestiços se inscrevem entre os brancos. Parece-lhes uma diminuição arrolar-se entre aquêles. Chame-se-lhes caboclos e não se melindram. Não se alegram, porém, em serem indicados como mestiços. Da mesma forma, muitos pretos declaram-se pardos, isto é, mestiços. Entendem que, dessa maneira, se credenciam. O censo de 1950, que apresenta algarismos tão gritantes, quando os comparamos com os de 1940, são uma consequência, talvez, de uma verificação mais rigorosa, de parte dos recenseadores, que souberam reagir melhor às informações dos recenseados, nesse particular, inscrevendo-os com mais realismo.

Dessas populações, os nacionais constituem a maioria esmagadora. Assim, para o total de 1.844.655 habitantes da região, em 1950, 1.825.962 eram brasileiros e apenas 18.963 estrangeiros ou naturalizados brasileiros. Pelo censo de 1940, os algarismos eram êstes: brasileiros natos, 1.442.359, estrangeiros ou naturalizados, 18.289.

O nordestino, tido e havido como ponderante na conquista e desbravamento da hinterlândia e fulcro maior das sociedades regionais, não teve nunca, no entanto, essa participação numérica que se lhe atribuiu. Quando chegou, o espaço físico era uma conquista quase mansa já efetuada. E a criação da riqueza já fôra iniciada pelo elemento local. Deve-se-lhe, no entanto, integralmente, o que são agora os Territórios do Acre e Rondônia, que revelaram como espaço e como área econômica. Como não tivesse continuando a imigração para a Amazônia, foram perdendo aquela ex-

pressão quantitativa e de realização material que permitiria a impressão de que eram os senhores absolutos do império amazônico. Para o total de 1.844.655 habitantes encontrados pelo censo de 1950, 114.388 eram nordestinos, sendo que, como observa NÉLSON CARNEIRO, 55.838 viviam no Pará; 28.383 no Amazonas; 19.744 no Acre; 6.848 em Rondônia; 2.117 no Rio Branco e 1.398 no Amapá. Dêsses 114.388, os cearenses representariam o maior contingente: 66.841. Os maranhenses eram 16.946; os rio-grandenses do norte 13.159; os paraibanos, 8.981; os pernambucanos, 4.915; os piauienses, 4.023; os alagoanos, 1.523. Os brasileiros de outras áreas, que viviam na Amazônia, restringiam-se a 17.030.

Pelo censo de 1940, verifica-se que o número de nordestinos era menor: 113.011. Os cearenses levavam a dianteira sobre os demais: 66.182. Os maranhenses somavam 16.069; os rio-grandenses do norte, 13.195; os paraibanos, 7.623; os pernambucanos, 4.111; os piauienses, 4.361; os alagoanos, 1.470. Os brasileiros das outras regiões não passavam de 9.436.

Esse nordestino, é momento de registrar, adaptou-se perfeitamente ao novo *habitat*. Vinha de uma área de agricultura e de criação de gado. Caminhava pelas estradas, a pé ou a cavalo. Na Amazônia teve de modificar a alimentação, sofrendo um impacto sensível. Atirou-se a tarefas que desconhecia e teve de locomover-se pela água, nas embarcações que aprendeu a manejar. Seu pensamento constante, todavia, é o de regresso ao Nordeste. Nem sempre, porém, tem encontrado oportunidade para satisfazer essa ambição que o persegue. Há, por isso, uma descendência nordestina grande. No Acre pode-se dizer que ela é fundamental. Os acreanos, mais que os amazonenses e os paraenses, são seguramente de raiz nordestina — cearense em porção maior.

As sociedades amazônicas vivem, como já tivemos ocasião de frisar, nos seringais, nos castanhais, nos jutais, nos pontos de pesca, nos centros de mineração. À exceção dos que vivem nas capitais dos dois Estados e quatro Territórios, sempre em condições precárias. E mesmo nessas cidades, há bairros pobres, impressionantemente pobres, que revelam

o rústico, o precário da existência. O que se chama de bem-estar social, expresso no vestuário, alimentação, habitação, rendimentos e saúde, importa em revelar que ditas populações não se beneficiam de qualquer dessas exigências mínimas de condições de vida.

A Comissão de Política Agrária procedeu, há poucos anos, a um inquérito profundo acêrca de tais condições de vida. Como antes a Comissão de Bem-Estar Social, aquela do Ministério da Agricultura e esta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Os resultados colhidos por ambas, em todo o país, são semelhantes. Indicam o mesmo mal-estar coletivo, ao invés de bem-estar. No tocante à Amazônia, são impressionantes, nas cidades ou fora delas.

Assim, dos 96 Municípios estudados ou que compareceram ao inquérito da C.P.A., o nível de vida, no tocante à habitação, dos grandes proprietários ou fazendeiros, foi considerado excelente apenas em um, no Pará, 75 alcançaram a classificação de bom, 5 de pobre e 15 não responderam. Entre os pequenos proprietários e colonos, o resultado foi êste: 1 excelente, ainda no Pará, 31 bons, 62 pobres e 2 não responderam. Dos arrendatários e parceiros, nenhum se enquadrrou no excelente; 21 foram bons, 55 pobres e 20 calaram. Quanto aos trabalhadores rurais assalariados, obteve-se êste resultado: nenhum município possuía o excelente; 21 eram bons, 55 pobres e 20 silenciaram.<sup>1</sup>

Quanto à alimentação, o quadro foi êste:

Classes Sociais	Excelente	Bom	Pobre	Não declarado
Grandes proprietários ou fazendeiros .....	1	71	9	15
Pequenos proprietários e colonos .....	1	25	68	2
Arrendatários e parceiros ..	—	20	56	20
Trabalhadores rurais assalariados .....	—	5	89	2

<sup>1</sup> A respeito, Comissão Nacional de Política Agrária. *Aspectos rurais brasileiros*, Rio de Janeiro, 1955. Também as análises da mesma Comissão: T. POMPEU

O que diz respeito à saúde comportou-se assim:

<i>Classes Sociais</i>	<i>Excelente</i>	<i>Bom</i>	<i>Pobre</i>	<i>Não declarado</i>
Grandes proprietários ou fazendeiros .....	—	71	9	16
Pequenos proprietários e colonos .....	1	40	52	3
Arrendatários e parceiros ..	—	31	45	20
Trabalhadores rurais assalariados .....	—	21	71	4

No particular do vestuário:

<i>Classes Sociais</i>	<i>Excelente</i>	<i>Bom</i>	<i>Pobre</i>	<i>Não declarado</i>
Grandes proprietários ou fazendeiros .....	1	75	4	16
Pequenos proprietários e colonos .....	1	20	72	3
Arrendatários e parceiros ..	—	16	59	21
Trabalhadores rurais assalariados .....	—	2	90	4

As rendas ou economias:

<i>Classes Sociais</i>	<i>Excelente</i>	<i>Bom</i>	<i>Pobre</i>	<i>Não declarado</i>
Grandes proprietários ou fazendeiros .....	10	65	6	15
Pequenos proprietários e colonos .....	1	26	67	2
Arrendatários e parceiros ..	—	20	56	20
Trabalhadores rurais assalariados .....	—	1	93	2

ACCIOLY BORGES, *Imigrações internas no Brasil*, Rio de Janeiro, 1955; BEN-HUR RAPÓSO, *Condições de vida na Agricultura*, Rio de Janeiro, 1955. JOÃO CASTELO BRANCO, *Técnica da Produção*, Rio de Janeiro, 1955. É de consultar-se, também, JOSÉ ALÍPIO GOULART, *Pesquisa de padrão de vida no Brasil*, Rio de Janeiro, 1955.

Nos sítios agrários, nos seringais e castanhais, nos pontos de pesca e de mineração, os que nêles vivem não conhecem as utilidades de uso diário, mínimas, da civilização de nossos dias e que se acham, de certo modo, incorporados ao mecanismo normal da existência em qualquer área que não seja subdesenvolvida. Não se nota em qualquer dêsses núcleos, perdidos na imensidão regional, o entusiasmo dos habitantes nesta ou aquela manifestação. Dão, todos, ao contrário, a impressão de desencanto pela vida, amargura, distância em face do que os rodeia. É certo que o amazônico não demonstra os seus sentimentos com a vibração do nordestino. Parece meio parado. As coisas de maior sensação, êle as vê serenamente, sem exteriorizações exuberantes. Nem por isso, no entanto, se deve compreender aquêle comportamento como mera resultante dêsse traço de sua personalidade. Porque, na verdade, a condição de pobreza, de humildade em que se vê passar os dias é evidentemente uma demonstração da ausência daquelas condições mínimas de bem-estar.

Para não alongar êste registro, será suficiente atentar para o problema alimentar. Todos os inquéritos realizados conduzem a uma só conclusão: as populações da Amazônia não apresentam uma dieta conveniente, nem abundante. Além do peixe, que é fundamental, e da farinha, e do que lhes proporciona a própria floresta, em frutos e animais, pouco mais é utilizado. Não há o hábito dos legumes, da carne, do leite.<sup>2</sup>

Escreve, a propósito, ARAÚJO LIMA: "A parcimônia alimentar dos nossos caboclos reduz, num paralelo que se impõe, o mérito da sobriedade japonêsa: o nipônico come pouco, mas fá-lo regularmente; o nosso caboclo, que é capaz de comer despropositadamente, em geral come pouco e

<sup>2</sup> Sôbre o problema alimentar na Amazônia, ver os estudos de JOSUÉ DE CASTRO, DANTE COSTA, BARROS BARRETO, ARMANDO BORDALO e LUIZILENO BRASIL. Em 1955, por acôrdo celebrado entre a SPVEA e o Serviço Nacional de Alimentação, foi realizado um amplo inquérito, cobrindo tôda a região. Os resultados, todavia, não foram ainda divulgados. Já no mesmo ano, em Belém e Manaus, a SPVEA havia promovido uma tomada de contato com o problema, propondo-o no tocante ao abastecimento das duas cidades, abastecimento que é, em grande parte, no tocante a Belém, e quase totalmente com relação a Manaus, realizado na base da importação dos mercados produtores do sul do país.

irregularmente, interrompidamente, jejuando por dias e semanas. Um chibé, que tem por base a farinha d'água — produto da mandioca muito pobre de vitaminas — constituiu muitas vezes o alimento exclusivo dum homem nas vinte e quatro horas. Indivíduos há que passam dias e dias consecutivos nesse regime, ou noutro equivalentemente sóbrio, deficientíssimo para os dispêndios orgânicos”.

As cidades, de seu lado, não experimentaram uma evolução dinâmica nem se afirmaram como centros de criação de riquezas. Tampouco expressam a dinamização que viveu a região nos dias de esplendor gomífero. Não se encontra nelas sequer o vestígio material dessa fase. São, na generalidade, insustentáveis, pobres, meras sedes de vida política. Não cresceram como expressão urbana. Em certo momento, representaram um papel de alguma importância, quando delas partiram os grupos que foram fazer a hinterlândia, reconhecendo rios, abrindo seringais, realizando a exploração produtiva, mas predatória, da floresta. Não se impuseram, no entanto, nem mesmo nesse momento, como centros urbanos. Foram, antes, pequenas células que se desvitalizavam constantemente em benefício dos núcleos florestais, uma vez que nada do que seus habitantes realizavam vinha beneficiá-las.

A aventura do desbravamento, o nomadismo da tarefa econômica frutificava no intercâmbio, que se operava entre Manaus e Belém e os mercados exteriores de consumo. Para as duas cidades é que se encaminhava a produção. E para elas é que, por fim, se dirigia o morador dos pequenos núcleos perdidos no interior, na base do bem-estar material, pois em Manaus e Belém é que investiram os recursos adquiridos naquela faina constante.

As populações amazônicas, em função dos gêneros de vida que ainda hoje as distinguem, não realizam, portanto, concentrações maciças. Dispersam-se pelo interior, pelas margens dos rios, nos chamados “sítios de caboclos”, nos seringais, nos castanhais, nas fazendas de criar. Os aglomerados urbanos são, na generalidade, de pouca expressão demográfica. Sua disposição se, de um lado, foi útil pela formulação de uma base física para o país, criando fronteiras amplas, que existem unicamente pela presença desses núdu-

los populacionais, de outro criou problemas muito grandes para o poder público e para eles mesmos. Assim é que o Estado não lhes pode dar a assistência. Com elas não se podem assegurar melhores condições existenciais. A distância em que se encontram umas das outras é muito grande. Vejamos, porém, o que nos ensinam, como lição eloqüente, os algarismos.

Para começar, lembremos que essa população representa 3,53 % da população total do Brasil. Sua densidade não vai além dos 0,58 por quilômetro quadrado. É a mais baixa densidade do país, cuja média é de 6,89. No Pará, onde se registra a maior densidade, há 1 habitante por quilômetro quadrado. No Território do Rio Branco, desce para 1 habitante por 10 quilômetros quadrados.

O Município de maior extensão em tôda a região é o da Altamira. Tem 282.070 quilômetros quadrados. Sua população não passa dos 7.669 habitantes. Dêstes, vivem na sede 1.809; os demais, perdem-se naquela imensidade espacial. Vem, a seguir, o de Itaituba, com 166.394 km<sup>2</sup> e apenas 10.862 habitantes. O Município de Anhangá é o menor: mede 480 km<sup>2</sup>. Tem 6.419 habitantes, sendo 860 na sede e 5.559 fora da sede.

Na região bragantina, onde se verifica a maior concentração, 419.791 habitantes para 1.123.275 atribuídos ao Estado, os Municípios são em número de 10. As propriedades agrícolas ou extrativas são mais concentradas e mais próximas umas das outras. Aliás, essas propriedades agrícolas situam-se geralmente nas cercanias das capitais dos Municípios, por lhes servirem ao abastecimento. A solidariedade social nelas, em consequência, é mais viva e mais natural.

No vale do Xingu, de 1.980 quilômetros de extensão o rio central, há apenas 2 municípios; no Tapajós, 1; no Madeira, 6; no Purus, 7; no Juruá, 5; no Tocantins, 4; no Negro, 3; na zona do Salgado, 6; na Guajarina, 10; no Baixo e Médio Amazonas, 16; no Solimões, 7. A população, nesses Municípios, distribui-se assim:

Baixo Amazonas .....	243.139
Solimões .....	122.254

Tocantins .....	60.756
Xingu .....	10.621
Tapajós .....	10.612
Madeira .....	88.944
Negro .....	158.739
Purus .....	111.169
Juruá .....	89.918

Sendo a maior e a mais permanente a concentração que se registra na região bragantina, que tem vida própria e já perdeu o caráter de acampamento para consolidar-se como área de sedimentação social, é nessa região que se processa, por isso mesmo, menos vagarosamente, a transformação material, evidenciadora de atividade, de dinamismo e de sedimentação.

As diferenças numéricas entre homens e mulheres, nessa população, não são grandes. Pelo censo de 1940, contavam-se 743.265 homens e 719.265 mulheres. Pelo de 1950, os números não sofreram alteração sensível: 939.667 homens e 904.998 mulheres. As crianças em idade escolar ascendiam em 1940 a 390.102; em 1950, a 484.641. Dos 1.462.530 habitantes em 1940, eram alfabetizados 484.973; em 1950, havia, para 1.844.655, apenas 612.827 alfabetizados.

As condições culturais que expressam a vida dessas populações amazônicas, evidentemente, aqui excetuadas as capitais dos dois Estados e quatro Territórios, onde elas evidenciam progresso, não são sequer razoáveis.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Um índice do estado de rudimentarismo da vida na região está no fato de não haver, nas cidades — sedes dos Municípios — serviços de água e, em muitas, as simples fossas para dejeções, o que levou a Comissão de Planejamento da Valorização Econômica da Amazônia a incluir, no Programa de Emergência e no Primeiro Plano Quinquenal, uma operação de larga envergadura para a instalação de redes de abastecimento de água e para o fornecimento de muitos milhares de lajes de cimento armado para servirem de pisos nas W.C. das residências, localizadas nas cidades e núcleos de maior densidade.